



JURUTI
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JURUTI
CONTROLE INTERNO
CNPJ 05.257.555/0001 – 37

Rodovia PA 257 (Rodovia Translago), s/n, Km 01, Bairro Nova Jerusalém, CEP 68.170 – 000 – Juruti/PA

Parecer Controle Interno nº 012/2021

Interessado	Comissão Permanente de Licitação
Processo Administrativo	11012021/21- Inexigibilidade de Licitação nº 6/2021-110101
Processo Licitatório	6/2021-110101
Ordenador de despesa	Prefeitura Municipal de Juruti
Presidente da comissão	Cosme Sousa Ferreira
Objeto	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de assessoramento contábil junto a Prefeitura Municipal de Juruti e suas Secretarias.
Empresa Vencedora	Salomão Consultoria e assessoria contábil
Vigência	12 meses (19/01/2021 a 19/01/2022) – Valor total: R\$ 432.000,00 (Quatrocentos e trinta e dois mil reais).
Fiscal do Contrato	Gediane de Sousa Amaral

1. DO PROCESSO:

Tratam os autos de procedimento licitatório realizado na modalidade Inexigibilidade, para **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços na prestação de serviço técnicos de assessoramento contábil junto a Prefeitura Municipal de Juruti e suas Secretarias**. O processo administrativo tem o artigo 25, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993, apontado na minuta de despacho de Inexigibilidade do processo de licitação como fundamento legal para a contratação pretendida.

2. COMPONENTES DO PROCESSO:

O procedimento em epigrafe encontra-se autuado, o qual foi instruído com as seguintes documentações:

- a) Solicitação de abertura do processo de contratação, juntamente com o termo de referência e proposta de Serviços;



JURUTI
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JURUTI
CONTROLE INTERNO
CNPJ 05.257.555/0001 – 37

Rodovia PA 257 (Rodovia Translago), s/n, Km 01, Bairro Nova Jerusalém, CEP 68.170 – 000 – Juruti/PA

- b) Comprovação de existência de lastro orçamentário, através do setor de Contabilidade;
- c) Declaração de adequação orçamentária e financeira;
- d) Autorização de autoridade competente para o início do processo licitatório;
- e) Ato de designação da Comissão Permanente de Licitação;
- f) Autuação do processo pela Comissão Permanente de Licitação;
- g) Justificativa da Contratação, Declaração de Inexigibilidade de Licitação.
- h) Documentação da empresa interessada, quanto sua habilitação jurídica e financeira, e capacidade técnica do objeto;
- i) Parecer da Assessoria Jurídica do Município;
- j) Termo de Ratificação expedida pela autoridade competente;
- k) Comprovante de publicação do aviso de Inexigibilidade de Licitação.

3. DA FASE INTERNA:

O processo administrativo foi autuado, contendo a indicação do objeto, orçamentos, indicação do recurso para a despesa e de seu comprometimento, nomeação da CPL, termo de referência, justificativa, autorizações, publicações e demais documentos relativos à licitação, **assim se cumprindo as exigências legais do art. 38 da Lei de Licitações no 8666/93.**

No que diz respeito à fase interna do Processo Administrativo, observamos obediência ao artigo supracitado, estando o processo devidamente autuado e acompanhado das documentações necessárias.

4. DA ANÁLISE JURÍDICA:

Quanto ao aspecto jurídico e formal do Processo, a Assessoria Jurídica do Município analisou a legalidade e concluiu pelo afastamento da licitação por



JURUTI
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JURUTI
CONTROLE INTERNO
CNPJ 05.257.555/0001 – 37

Rodovia PA 257 (Rodovia Translago), s/n, Km 01, Bairro Nova Jerusalém, CEP 68.170 – 000 – Juruti/PA

inexigibilidade, **fundamentando no inciso II do art. 25 c/c art. 13 da Lei no 8666/93.**

5. DAS JUSTIFICATIVAS, AUTORIZAÇÕES E TERMO DE REFERÊNCIA:

Foram preenchidas as exigências quanto as autorizações necessárias, certidão negativa de débitos tributários com a fazenda pública e declaração de Inexigibilidade, subscrita pela autoridade competente.

Ao que compete à justificativa, Termo de Responsabilidade referente ao acompanhamento do procedimento licitatório e da execução deste contrato, segue todas as especificações no termo de referência.

6. DA FASE EXTERNA:

A presente fase iniciou-se com o princípio da publicidade. Essa fase é assim chamada porque representa o momento em que o procedimento licitatório sai do âmbito interno da Administração e passa a provocar efeitos no meio social.

Verificou-se ao que compete à fase externa, a publicação do extrato de Inexigibilidade em veículo oficial, bem como o atendimento a legislação da matéria, que determina a publicação.

7. DA LEGALIDADE:

Passamos agora ao exame da legalidade da contratação da empresa **Salomão Consultoria e Assessoria contábil Eireli**, por inexigibilidade de licitação na forma do Inciso II do art. 25, da Lei no 8666/93. Trata-se de possibilidade legal de afastamento da licitação, tendo respeitado a singularidade e notória especialização ao objeto pretendido, pleiteando a legalidade do presente processo, **sob o amparo do inciso II do art. 25 da Lei 8666/93**, frente à impossibilidade de competição.

8. DA HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

Da síntese dos valores da proposta, constatou-se que os mesmos estão em conformidade com os estimados para a presente contratação, conforme atestado de capacidade técnica emitida por várias prefeituras Municipais do estado do Pará, a qual a empresa já forneceu os serviços.



JURUTI
ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE JURUTI
CONTROLE INTERNO
CNPJ 05.257.555/0001 – 37

Rodovia PA 257 (Rodovia Translago), s/n, Km 01, Bairro Nova Jerusalém, CEP 68.170 – 000 – Juruti/PA

Quanto à documentação apresentada pela empresa, confirmou-se que esta atendeu às exigências previstas nas normas vigentes.

Quanto à regularidade fiscal e trabalhista, previdenciária e de FGTS, restaram comprovadas através das certidões anexas aos autos, estavam negativas e vigentes.

9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O contrato originado do presente procedimento obedecerá aos termos do caput, do Art. 57, da Lei 8.666/93.

10. CONCLUSÃO:

Desta feita, deverá prosseguir o presente certame para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, **inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial do Município, e Mural de Licitações do TCM/PA.**

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Juruti/PA, 05 de março de 2021.

Larissa Marques Barbosa

Controle Interno do Município de Juruti

Decreto nº 4.739/2021